



O uso de referenciais teóricos pós-coloniais e decoloniais em Trabalhos de Conclusão de Curso da UFPE e da UFRPE

Thiago Pessoa de Melo

Júlia Figueredo Benzaquen

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar o uso de referenciais teóricos pós-coloniais e decoloniais em trabalhos de conclusão de curso de duas Instituições de Ensino Superior (IESs) de Pernambuco. O trabalho dividiu-se em dois eixos analíticos, sendo um dedicado a abordar o pensamento decolonial latino-americano e o conceito de colonialidade do saber na perspectiva da rede de pesquisadores modernidade/colonialidade e o outro dedicado a uma pesquisa bibliográfica integrativa que lidou com trabalhos de monografias produzidas nos cursos de graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) nos últimos dez anos, nas quais foram usadas pelos/as autores/as referenciais teóricos pós-coloniais e decoloniais. Conclui-se que cada vez mais a temática da colonialidade do saber vem sendo abordada (não apenas em espaços acadêmicos), o que facilita processos de descolonização do saber e a visibilização de temáticas antes não estudadas pela Universidade.

Palavras-chave: Colonialidade do saber; Pensamento decolonial; Pós-colonialidade.

THE USE OF POST-COLONIAL AND DECOLONIAL THEORETICAL REFERENCES IN PAPERS AT UFPE AND UFRPE

ABSTRACT

This paper aims to analyze the post-colonial and decolonial theoretical reference usages on final paper at two Higher Education Institutions of Pernambuco. The paper is split in two analytical paths, being one dedicated to cover decolonial Latin American thought and the concept of coloniality of knowledge in the Modernity/ Coloniality researchers network perspective, the other way cares for integrative bibliography research about monograph paper work written on the undergraduate courses at Federal University of Pernambuco (UFPE) and Rural Federal University of Pernambuco (UFRPE) on the last 10 years, which were used by authors referred theoretically in Post- Coloniality and Decoloniality. The paper result is that

even more the theme of the coloniality of knowledge is being developed (not just in academic spaces), what makes easier the decolonization of knowledge and the visibility of themes before not studied by University.

Keywords: knowledge of Coloniality; Decolonial thought; Post- Coloniality.

EL USO DE REFERENTES TEÓRICOS POST-COLONIALES Y DECOLONIALES EN LOS TRABAJOS DE FINALIZACIÓN DE CURSO EN LA UFPE Y LA UFRPE

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar el uso de marcos teóricos poscoloniales y decoloniales en trabajos de finalización de cursos de dos Instituciones de Educación Superior de Pernambuco. El trabajo se divide en dos ejes analíticos, uno dedicado a abordar el pensamiento decolonial latinoamericano y el concepto de colonialidad del saber desde la perspectiva de la red de investigadores modernidad/colonialidad y el otro dedicado a una investigación bibliográfica integradora que abordó trabajos monográficos producidos en los cursos de graduación de la Universidad Federal de Pernambuco (UFPE) y de la Universidad Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) en los últimos diez años, en los que los referentes teóricos poscoloniales y decoloniales fueron utilizados por los autores. Se concluye que el tema de la colonialidad del saber viene siendo cada vez más abordado (no solo en los espacios académicos), lo que facilita procesos de descolonización del saber y la visibilización de temas no estudiados previamente por la Universidad.

Palabras-clave: Colonialidad del saber; pensamiento decolonial; poscolonialidad.

INTRODUÇÃO

Inicialmente o objetivo da pesquisa, que resultou nesse artigo, era explorar a visão do pensamento decolonial em comparação com a da perspectiva decolonial a respeito do que são saberes, tendo como foco o conceito de colonialidade do saber na perspectiva teórica do grupo modernidade/colonialidade. A ideia era entender como esse debate potencializa as Ciências Sociais pela possibilidade de renová-la epistemologicamente. Estávamos em uma busca pela descolonização das ciências e do conhecimento, utopia vivida e reivindicada também por outras teorias críticas, como por exemplo as perspectivas feministas.

Com esse objetivo epistemológico mais amplo, no sentido de garantir a exequibilidade e uma maior concretude ao trabalho, o objetivo foi reorientado para uma análise das produções acadêmicas, no sentido de entender como o pós-colonial ou o decolonial aparecem nos trabalhos de conclusão de curso. Dessa forma, na segunda parte

do texto, apresentam-se os resultados da pesquisa bibliográfica realizada em torno da leitura e análise da produção científica a nível de Trabalhos de Conclusão de Curso(TCC) de graduação produzidos em duas instituições federais de ensino superior pernambucanas, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

O trabalho foi desenvolvido, na complexidade de um cenário pandêmico que provocou uma crise generalizada em níveis inéditos nos últimos 100 anos, e dentro de um contexto de aumento das adversidades à vida, surgiram desafios e que no caso brasileiro se agravaram ainda mais por fatores políticos. Importa destacar um desses fatores que é a descredibilização do conhecimento científico, que somado a um descuido proposital com a vida tem impulsionado a criação de narrativas obscurantistas e teorias da conspiração. Em função da ascensão da extrema direita em diversos países, discursos e narrativas negam consensos científicos estabelecidos e alcançados por especialistas em suas respectivas áreas e põe em risco a vida de milhares de pessoas.

Nesse contexto de dificuldade, desencadearam-se novas dinâmicas na organização da vida social fazendo emergir novos paradigmas em torno do isolamento e do novo convívio social, que colocaram em xeque ideias de uma ordem baseada unicamente na lógica da razão instrumental e econômica. Nesse contexto, a crítica à modernidade e às suas consequências negativas pode ganhar força e relevância, no sentido de buscar por alternativas. Nesse sentido, o presente trabalho ganha relevância por primeiro explicar as diferenças entre a perspectiva pós-colonial e o pensamento decolonial e por destacar as contribuições dos trabalhos científicos que apostam nessas perspectivas para a emergência de outros mundos possíveis e necessários.

Sobre a formação do Grupo Modernidade/Colonialidade: giro decolonial latinoamericano e outras questões epistemológicas

Os estudos pós-coloniais são uma perspectiva crítica oriunda dos estudos culturais e literários dos anos 1970 no mundo anglo-saxão, questionando o *ocidental-centrismo* na construção do Outro e seus múltiplos efeitos na realidade de países ex-colônias. Os(as) autores(as) dessa escola de pensamento analisam os efeitos dessas

construções (orientalismo, islamofobia, por exemplo), enquanto diferenciações culturais que serviram e servem aos interesses coloniais ainda hoje, porém de forma ressignificada e mais sutil, a exemplo do racismo.

Essa escola de pensamento foi se transformando e se adaptando aos contextos de aplicação dessa chave de leitura. Nos diferentes continentes (África, Ásia e América Latina) a perspectiva adquiriu especificidades próprias. Pensando no contexto latino-americano, o encontro interdisciplinar entre diferentes grupos de estudiosos dá origem ao pensamento decolonial latino-americano, cujos principais membros são Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter D Mignolo, Immanuel Wallerstein, Santiago Castro-Gómez, Nelson Maldonado Torres, Ramón Grosfoguel, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Fernando Coronil, Catherine Walsh e Zulma Palermo (BALLESTRIN, 2013). A principal defesa dessa vertente consiste em um olhar não eurocêntrico e pluriversal da modernidade, relacionando-a com a colonialidade como o seu lado oculto e mais escuro (MIGNOLO, 2017.a). O pensamento decolonial foi influenciado por correntes de pensamento crítico latino-americanas como a Filosofia e a Teologia da Libertação¹, a Teoria da Dependência da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), o feminismo negro norte-americano e o feminismo chicano. As inspirações também vieram de outros continentes como os estudos subalternos asiáticos e a filosofia africana (ESCOBAR, 2003).

Nessa perspectiva, a modernidade passa a ser pensada a partir de suas margens e não de maneira universal, como se propunha em sua versão europeia. O início da modernidade é ressituaado temporalmente para o ano de 1492, ano da chegada de Colombo às Américas, e não no marco da Revolução Industrial e Francesa, visto como marcos desse processo segundo a literatura histórica clássica. Dussel (2016) prefere falar em *Primeira e Segunda Modernidade*, e traz a América Latina para o centro. Esse processo de expansão do capitalismo e da modernidade resultou na invasão das Américas e de muitas violências com os seus povos, suas culturas e seus saberes, o que tem afetado suas diferentes ancestralidades e expressões até hoje.

¹ Cujos principais expoentes são o filósofo Enrique Dussel, autor de "Philosophy of Liberation" (1977).

A colonialidade representa a continuidade de formas de exploração/dominação/conflito, que mesmo após cessado o domínio político dos países centrais se perpetuaram através de sua reprodução na dimensão cultural. Dessa forma, foi possível estabelecer relações entre a constituição da modernidade europeia com um processo de imposição violenta de um projeto civilizatório, que se apoiou sempre na ideia de um colonialismo cultural que veio a ser exercido primeiramente pela Igreja e sua expansão e depois pela ciência moderna e sua razão.

Ainda há muitas dúvidas, mesmo dentro de espaços acadêmicos, quanto à designação e diferenciação de alguns conceitos, tais como a diferença entre estudos pós-coloniais e pensamento decolonial. A teoria pós-colonial é um conjunto de estudos provenientes do mundo europeu anglo-saxão, que funda-se com a tríade francesa Memmi, Césaire e Fannon (BALLESTRIN, 2013), além de autores bem referenciado tais como o palestino Edward Said (1935-2003), crítico literário e ativista social e político, autor dos clássicos “Orientalismo” (1978) e “Cultura e Imperialismo” (1995); a indiana Gayatri C. Spivak², autora do “Pode o subalterno falar?” (1993); e o britânico-jamaicano Stuart Hall³, teórico cultural e sociólogo, autor de “A identidade na Pós-modernidade” (1992). Como importante nome da perspectiva pós-colonial também vale a pena fazer referência à obra “O local da cultura” (1994) do indobritânico Homi K. Bhabha.

Já o pensamento decolonial é um pensamento que tem sua origem fora do mundo acadêmico, o mesmo diz respeito a toda experiência que se contrapôs à experiência colonial desde seu começo. De acordo com o grupo modernidade/colonialidade, mais especificamente segundo Mignolo (2007), a perspectiva pós-colonial inverte o nosso olhar a colocar o Sul por exemplo como referência para o Norte, mas o pensamento decolonial busca mudar os termos e pensar para além de Sul e Norte (que são formas de ver eurocêntricas).

Ainda refletindo sobre semelhanças e diferenças a respeito dos conceitos, a distinção entre descolonial e decolonial não é consensual. Ainda que tal diferenciação não

² Gayatri Chakravorty Spivak é uma crítica e teórica indiana, mais conhecida por seu artigo "Can the Subaltern Speak?" considerado um marco do pós-colonialismo, além de ser tradutora do trabalho de Jacques Derrida.

³ Influente sociólogo e teórico cultural, nascido em fevereiro de 1932, atuou no Reino Unido e teve papel importante nos Estudos Culturais, tornando-se o primeiro investigador do Centro para Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, fundado em 1964, do qual foi diretor entre 1968 e 1979.

pareça importante, interfere no entendimento e no sentido que demarca um posicionamento sobretudo político. Ambas as formas se referem à dissolução de estruturas de exploração e dominação configuradas pela colonialidade e à pretensão de dismantelar seus múltiplos dispositivos (QUINTERO, 2019). Segundo Catherine Walsh⁴:

Suprimir la “s” y nombrar “decolonial” no es promover un anglicismo. Por el contrario, es marcar una distinción con el significado en castellano del “des”. No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento –una postura y actitud continua– de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas.⁵ (WALSH, 2009)

O programa Modernidade/Colonialidade (M/C) foi formado no final dos anos 1990 a partir de alguns encontros que foram realizados em universidades da América do Sul e do Norte (CASTRO-GÓMEZ & GROSFÓGUEL, 2007). O grupo radicaliza o argumento pós-colonial na América Latina ao fazer uma releitura crítica da modernidade a partir de deslocamentos daquilo que entendemos no sentido mais convencional. O grupo promove uma renovação epistemológica e utópica (BALLESTRIN, 2013).

Tendo várias influências na conformação de seu pensamento, os membros do grupo Modernidade/Colonialidade radicalizam o pós-colonialismo a partir do olhar de um posicionamento periférico no sistema-mundo moderno-colonial na qual se encontra a América Latina. O grupo defende a opção decolonial, epistêmica e política, que compreende trazer à tona experiências e conhecimentos outros, que contribuam para promoção de um pensamento outro como propõe Mignolo (2017.a) ou um giro decolonial, termo cunhado pelo filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado Torres

⁴ Catherine Walsh é doutora em linguística e professora titular e diretora do doutorado em Estudos Culturais Latino americanos e coordenadora do Taller Intercultural da Universidade Andina Simón Bolívar no Equador.

⁵ Excluir o "s" e nomear "decolonial" não está promovendo um anglicismo. Pelo contrário, é para marcar uma distinção com o significado em espanhol do “des”. Não pretendemos simplesmente desarmar, desfazer ou reverter o colonial; ou seja, passar de um momento colonial a um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e traços deixassem de existir. Em vez disso, a intenção é apontar e provocar um posicionamento - uma postura e atitude contínuas - de transgredir, intervir, surgir e influenciar. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínua em que podemos identificar, tornar visíveis e favorecer “lugares” de exterioridade e construções alternativas [citação traduzida pelo Google tradutor].

(2007). São relevantes as reflexões teóricas desenvolvidas pelo projeto modernidade/colonialidade em torno do tema da colonialidade do poder, do ser, do saber na qual reside o foco dessa pesquisa e que posteriormente apoiou a leitura e as análises das monografias encontradas.

É possível decolonizar o conhecimento? A colonialidade do saber e a geopolítica do conhecimento

A intenção desta parte do texto é fazer uma reflexão crítica e epistemológica que esteja consciente da necessidade de renovação das ciências sociais. Para tanto, importa estar ciente da divisão do trabalho intelectual e acadêmico e nos processos de produção de conhecimento. É preciso reconhecer uma geopolítica do conhecimento que permite que o conhecimento ocidental arrogue-se a uma posição universalista e de superioridade epistêmica que veio a subalternizar outros saberes por serem locais e dessa forma considerados não conhecimento.

O giro decolonial busca formas de superar o problema da colonialidade do saber, conceito proposto por autores decoloniais e que está diretamente associada à diferença colonial e a geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2002 *apud* BALLESTRIN, 2013). Conforme explica Aníbal Quijano (2005 *apud* BALLESTRIN, 2013; 1992) tais diferenças epistêmicas foram criadas a partir de relações de poder estabelecidas no processo de elaboração intelectual da modernidade que se impôs como colonialismo cultural pela produção de um conhecimento baseado num padrão mundial de poder: capitalista, colonial/moderno e eurocêntrico e que se estabeleceu a partir da América. O que impossibilitou o reconhecimento de uma diversidade de conhecimentos e da pluriversalidade epistêmica existente desde os povos originários, que tiveram suas culturas violentadas e o ocultamento de sua história.

Em 1990 patrocinados por uma fundação de Lisboa constituiu-se um grupo de intelectuais, das ciências naturais e humanas, liderados pelo norte-americano Immanuel Wallerstein que a partir de algumas reflexões culminou na elaboração de um documento final intitulado “Para abrir as Ciências Sociais”. O relatório da *Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das Ciências Sociais* foi publicado em 1996 e partia da ideia de que as Ciências Sociais constituíram um empreendimento do mundo moderno,

decorrendo daí algumas implicações. Eles afirmam que mesmo tendo sido herdeira de um conjunto de sabedorias orais, as Ciências Sociais buscaram se afastar desse legado ao reivindicar sua constituição para além desses saberes, constituídos ao longo de muito tempo, pretendendo desse modo “desenvolver um saber sistemático e secular acerca da realidade, que de algum modo possa ser empiricamente testado” (WALLERSTEIN, 1996, p. 16).

Para eles, a visão clássica da ciência se construiu a partir do modelo newtoniano e dos dualismos cartesianos. O primeiro estabelecia uma simetria entre o passado e o futuro, subjacente a uma visão quase teológica, e o segundo criou uma distinção fundamental entre natureza e seres humanos, matéria/mente e mundo físico/mundo social (e espiritual). O que transformou a ciência num campo de conhecimento estritamente focado na busca de leis universais da natureza, cuja concepção de verdade independia dos pressupostos de espaço e de tempo, pois se manteriam como verdades eternas e imutáveis. E, além disso, deixando de fora, o divino, a retórica, a lógica, a política, a Metafísica e a gramática.

A colonialidade do saber determina os modos de produção, reprodução e circulação de conhecimento a partir da lógica da colonialidade que cria uma hierarquia entre o científico enquanto saber universal e os demais saberes, tidos como locais, são inferiorizados e percebidos como *não-saberes*. Catherine Walsh (2007) reflete sobre a possibilidade de construção de “unas ciencias sociales-culturales otras” a partir da descolonização do conhecimento, que venham a refutar pressupostos epistemológicos que localizam a produção de conhecimento válido unicamente na academia e dentro do paradigmas e dos cânones estabelecidos pelo cientificismo ocidental ao longo de séculos.

Walter Mignolo⁶ ajuda a entender como historicamente a colonialidade do saber foi fomentada e fortalecida, a partir do contexto latino-americano. Em “La ideia of Latin America”, Mignolo (2007) fala sobre como a América nunca foi um continente à espera de ser descoberto, mas sempre esteve lá sendo habitada por civilizações complexas como os Astecas e os Maias em seus territórios, Anahuac e Tawantinsuyu respectivamente, onde viveram os povos originários que não imaginavam a dimensão daquilo que viria a

⁶ Semiólogo argentino, professor de literatura da Universidade do Duke nos EUA e um dos fundadores do Grupo Modernidade/Colonialidade juntamente com o sociólogo peruano Aníbal Quijano.

ser o que inicialmente ficou conhecido como Índias Ocidentais e mais adiante América. Essa parte do mundo foi acoplada ao imaginário cartográfico Europeu/cristão, ao ser invadido, portanto, a ideia de América enquanto um mundo novo só faz sentido para os Europeus, diria Mignolo.

Ao pensarmos em América e América Latina devemos ter o cuidado de ter em mente que estamos lidando com um conceito abstrato, construído e elaborado artificialmente e historicamente (MIGNOLO, 2007). Importa entender a centralidade desse *constructo* como marco fundante de um projeto de destruição cultural, e de homogeneização de boa parte de toda diversidade étnica do continente sul-americano. A dominação territorial a princípio dos portugueses e espanhóis, foi o lugar onde o uso de violência brutal sem precedentes históricos, silenciamentos e epistemicídios foram cruciais e ocorreram inicialmente sob a égide da expansão cristã/ocidental.

A novidade do continente americano estabeleceu um novo padrão de poder e uma reorganização das dinâmicas geopolíticas do sistema-mundo moderno/colonial (WALLERSTEIN & QUIJANO, 1992). A partir de uma perspectiva marcada pela diferença colonial, e pela alteridade, no sentido antropológico, podemos pensar em como o surgimento/a invenção desse Novo Mundo, no século XVI, enquanto fruto da expansão comercial europeia, como fatores cruciais para entendermos como esse encontro deixou feridas e marcas (MIGNOLO, 2005: 11).

Neste sentido, portanto, a Abya Yala, terminação indígena para o que corresponde a América Latina, em sua diversidade e riqueza cultural, de línguas, ontologias e cosmovisões, foi sendo reduzida, aos poucos, à lógica do desenvolvimento e do progresso subjacentes aos ideais filosóficos da modernidade. De acordo com Santiago Castro-Gómez⁷, essa diversidade foi violentada e homogeneizada a um espaço de unidade cultural contínua e unívoca.

No próximo tópico abordaremos, a partir de um revisão bibliográfica, como trabalhos de monografias da UFPE e da UFRPE mobilizam a teoria pós-colonial e o pensamento decolonial para compreender fenômenos sociais. A partir desse debate

⁷ É um filósofo colombiano, que leciona na Pontifícia Universidad Javeriana e dirige o Instituto Pensar em Bogotá.

pretende-se expandir as fronteiras do conhecimento pensando-o para além da colonialidade do saber.

Um horizonte decolonial e pós-colonial? Alguns aportes sobre a decolonização do saber em trabalhos de monografia

Nessa parte do presente artigo, objetivamos apresentar os resultados da pesquisa acerca da perspectiva decolonial latino-americana nos trabalhos de conclusão de curso da UFPE e da UFRPE. A revisão integrativa de literatura foi escolhida como procedimento metodológico, e tem como objetivo sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. Denomina-se dessa forma pois fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo, assim, um corpo de conhecimento. Deste modo, o pesquisador pode elaborar uma revisão integrativa com diferentes fins, podendo direcioná-la para a definição de conceitos, revisão de teorias ou análise de estudos (ERCOLE *et al.*, 2014).

Foram realizadas buscas nos repositórios institucionais de cada IES (<https://repositorio.ufpe.br/> e <https://www.repository.ufrpe.br/>) de trabalhos de monografias a partir das palavras-chave “pós-colonialidade”, “pós-colonial”, “decolonialidade” e “decolonial”. A partir dessa primeira busca, os dados encontrados foram divididos em ano de publicação, título da monografia, instituição de ensino, curso, palavras-chave.

Como recorte temporal para a busca feita, foram selecionados os últimos 10 (dez) anos, no caso de 2011 a 2021 (quando a construção do *corpus* da pesquisa foi concluído), tendo em vista a recente chegada das teorias pós-coloniais nas universidades pernambucanas. Na busca feita, não foram encontrados trabalhos entre os anos de 2011 a 2016 e nem nos anos de 2020 a 2021, assim o nosso corpus analítico reduziu-se para o período de 2017 a 2019. Entre 2017 e 2018 foram três monografias e em 2019 a produção ganha fôlego com dez monografias, cinco em cada instituição. Chegamos ao total de 13 (treze) monografias conforme as duas tabelas que serão apresentadas posteriormente. Importa afirmar que estamos cientes, que muitos outros trabalhos com essa temática

podem ter sido desenvolvidos, mas pelo nosso critério de buscas, no banco de dados que utilizamos essas foram as encontradas:

TABELA 1: Trabalhos Acadêmicos da UFRPE 2018 e 2019

Ano	Título	Curso	IES	Palavras-chave
2018	Reflexões ideológicas coloniais e pós-coloniais em contraponto com o feminismo	LIC. LETRAS	UFRPE (UAST)	Colonialismo; Feminismo; Literatura Africana (Português)
2019	Templo de muitos deuses: estratégias de sobrevivência feminina ao colonialismo e patriarcado	LIC. LETRAS	UFRPE (UAST)	Pós-colonialismo na literatura; Patriarcado; Mulheres na literatura
2019	Uma busca pela identidade em à Sombra do Oká de Olinda Beja	LIC. LETRAS	UFRPE (UAST)	Pós-colonialismo; Literatura portuguesa
2019	Uma caravela aporta no canal? O “novo” desenvolvimentismo na zona da mata norte de Pernambuco à luz das teorias decoloniais	C. SOCIAIS	UFRPE	Goiana (PE) – Aspectos sociais; Goiana (PE) – Aspectos econômicos; Industrialização; Desenvolvimento econômico – Zona da Mata (PE : Mesorregião)
2019	Rumo à Ilha Esmeralda: a nova onda migratória do Brasil	C. SOCIAIS	UFRPE	Crises Migrantes; Mobilidade; Fronteiras; Emancipação
2019	O eurocentrismo e os desafios à efetivação da Lei 10.639/03 no âmbito escolar	LIC. HISTÓRIA	UFRPE	História; África; Ensino; Colonialidade do poder; Eurocentrismo

Fonte: Elaboração própria, 2022.

No âmbito da produção científica da UFRPE localizaram-se seis trabalhos de monografias, sendo três deles referentes aos cursos da sede, que fica em Recife, e três da

Unidade Acadêmica de Serra Talhada. Duas são do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, uma de Licenciatura em História e as outras três da Licenciatura em Letras da UAST. Apresentaremos brevemente os conteúdos das monografias, para dessa forma realizar uma análise a respeito.

Dentro de uma perspectiva preocupada com os efeitos da colonização na dimensão lingüística, três monografias, ambas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada da UFRPE, trabalham questões relacionadas ao Pós-colonialismo, feminismo, colonialismo, patriarcado, literatura africana e diaspórica, mulheres na literatura e etc. Faz sentido essa produção no campo das Letras, pois muitos expoentes da perspectiva pós-colonial são da área da Literatura, como por exemplo Said, Bhabha e Spivak. No contexto lusófono, as produções literárias africanas, vinculadas ao contexto de recente independência de alguns países africanos de Portugal marcam de forma definitiva a perspectiva pós-colonial.

A primeira monografia analisada, *Reflexões ideológicas coloniais e pós-coloniais em contraponto com o feminismo* (2018) apresenta uma revisão histórica da questão do colonialismo a partir da análise do termo pós de pós-colonial/pós-moderno. O texto pensa a inserção de alguns ideias do movimento feminista no contexto de mudança na sociedade moderna marcada por características patriarcais, percorrendo ideias da socióloga portuguesa Sofia Aboim e do sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall.

Já em *Templo de muitos deuses: estratégias de sobrevivência feminina ao colonialismo e patriarcado*, a autora analisa a partir das vivências das protagonistas na obra “O Alegre Canto da Perdiz”, de Paulina Chiziane, a visão de três gerações de mulheres que estiveram: antes da colonização (Seráfina), durante (Delfina) e depois (Maria das Dores), que são avó-mãe-filha. A autora se guia pela teoria pós-colonial para falar sobre feminismo e questões de gênero e analisar a trajetória de três mulheres, que viveram suas vidas, cada uma em suas especificidades, de forma bastante sofrida, tanto por aspectos coloniais como também pela resistência ao patriarcado.

Uma busca pela identidade em à Sombra do Oká de Olinda Beja (2019) chama atenção por analisar uma obra literária de uma escritora lusófona pouco conhecida no

Brasil e provavelmente no mundo, Olinda Beja⁸. Este livro levou uma década para ser escrito por completo e trata-se de um retrato em poemas do lugar de origem da autora. A monografia aborda como Beja constrói o seu Eu-lírico voltado pra sua terra natal e o resgate da identidade no livro de poemas intitulado *À Sombra do Oká*, no qual se relacionam questões voltadas ao colonialismo, a literatura, a diáspora, as histórias de vida pós-coloniais, a cultura insular e ao silenciamento das línguas crioulas, além da possibilidade de pensarmos aspectos políticos presentes no Novo Acordo Ortográfico e a presença atual do Brasil em África.

O trabalho *Uma caravela aporta no canavial? [...] (2019)* lança um olhar sobre o recente processo de industrialização na região da Zona da Mata Norte pernambucana a partir da perspectiva decolonial, e para isso recorre a conceitos de Aníbal Quijano para pensar sobre desenvolvimento. O trabalho também cita a obra de Celso Furtado. O conceito de desenvolvimento impôs-se à realidade latino-americana como um modelo hegemônico do Norte o que colocou o continente latino-americano num lugar subalterno e periférico na economia capitalista moderna.

O trabalho ressalta que com a chegada de um denso complexo industrial na cidade de Goiana, constitui-se o Polo Goiana⁹ numa região marcada tradicionalmente pelo cultivo e pela produção de cana de açúcar, onde as relações sociais e econômicas reconfiguraram-se em consequência da recente industrialização nesta região com setores automobilístico, farmacológico e vidreiro, tendo destaque a instalação da montadora da Fiat. Conforme a autora, essa política industrial resulta de incentivos da “nova” política de desenvolvimento, baseada num conjunto de medidas pensadas no governo Lula, nos anos 2000. O “novo” desenvolvimentismo propõe-se a reconciliar estratégias de promoção de desenvolvimento econômico aliadas a políticas de redistribuição de renda e bem-estar social, porém na prática acaba não rompendo com as antigas formas de

⁸ Nasceu em São Tomé e Príncipe no dia 8 de dezembro de 1946. Em Portugal, estudou e obteve o Diploma Superior dos Altos Estudos Franceses da Alliance Française e, mais tarde, a Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês), pela Universidade do Porto. Fez ainda o Curso de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa (LALP) pela Universidade Aberta. Na Suíça, onde foi professora durante dez anos, fez outros cursos inerentes à sua profissão docente e literária. < Acessado em http://www.cecs.uminho.pt/wp-content/uploads/2018/02/Olinda-Beja_notas-biografica.pdf>

⁹ Constituído por 19 municípios, entre eles, Igarassu, Paulista, Abreu e Lima, Ilha de Itamaracá, Condado, Araçoiaba, Itapissuma, Itambé e etc.

proteção aos interesses das elites locais e internacionais. Conclui-se que apesar de tentar representar o “novo”, essas novas ideias desenvolvimentistas, que configuraram o Novo Desenvolvimento Brasileiro (NDB), reproduz-se na perspectiva do mercado capitalista hegemônico, que desconsidera as especificidades locais, que visa superar um crescimento lento e alcançar os padrões de vida de países desenvolvidos.

Já o trabalho intitulado *Rumo a Ilha Esmeralda: a nova onda migratória do Brasil* (2019) discute a questão migratória, um assunto que anda em bastante evidência pelas crises dos refugiados na Europa e nos Estados Unidos, mas que pensado a partir da realidade brasileira incide principalmente na busca por ascensão econômica. A busca por melhores condições de vida em um Norte global, a partir de anseios de uma juventude em desalento é mote para pensar em configurações da colonialidade do poder.

Realizado no curso de Licenciatura em História, o trabalho de monografia *O eurocentrismo e os desafios à efetivação da Lei 10.639/03 no âmbito escolar* (2019) aborda as questões que envolvem a efetivação da lei 10.639/03, que obriga o ensino de História e Cultura da África e afro-brasileira nas escolas do país. O trabalho reconhece a importância da preservação da memória e identidade dos negros para pensar a África e seu passado numa outra perspectiva, que não a hegemônica e discriminatória. O problema da efetivação desta lei passa pela necessária reformulação do currículo escolar, já que este continua a privilegiar a história europeia. Essa continuidade de perspectiva é lida pela autora como uma permanência de colonialidade cultural, sendo a decolonialidade uma possibilidade de ruptura, que faz urgente descolonizar os currículos que ainda reforçam concepções etnocêntricas e evolucionistas.

Passando a analisar os trabalhos da UFPE, chegamos a sete monografias, a maioria delas do curso de Direito em Recife e uma produzida no curso de Design no Centro Acadêmico do Agreste (CAA-Caruaru).

TABELA 2: Trabalhos Acadêmicos da UFPE 2017 – 2019

Ano	Título	Curso	IES	Palavras-chave
-----	--------	-------	-----	----------------

2017	A responsabilização internacional do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo crime de genocídio praticado contra a população negra brasileira.	DIREITO	UFPE	Genocídio; População Negra; Corte Interamericana de Direitos Humanos; Responsabilização Internacional; Racismo;
2018	O feminismo tá na moda: uma apropriação do movimento feminista na revista Elle Brasil.	DESIGN	UFPE (CAA)	Feminismo; Periódico brasileiro para mulheres; Comunicação de massa e mulheres; Identidade (Psicologia) e comunicação de massa; Moda
2019	A decolonialidade negra frente às crises das democracias na América Latina	DIREITO	UFPE	Colonização; Teoria do Estado; Racismo; Democracia
2019	A inconstitucionalidade dos mandados de busca e apreensão coletivos	DIREITO	UFPE	Direito constitucional; Processo penal; Mandado de busca e apreensão
2019	Sobre Corpos Elimináveis: Violência como controle social a partir da necropolítica	DIREITO	UFPE	Biopolítica; Filosofia do Direito; Direitos humanos
2019	Análise comparada da tutela constitucional dos índios na Constituição Federal de 1988 e dos povos originários campestres na Constituição boliviana de 2009	DIREITO	UFPE	Direito Constitucional- Brasil; Direito comparado; Direito Constitucional- Bolívia
2019	A lei de 1831 e os caminhos da liberdade através do judiciário no século XIX	DIREITO	UFPE	Lei de 1831; Abolição do tráfico; História do direito; Escravidão

Fonte: Elaboração própria, 2022.

A primeira e a última monografias da tabela (*A responsabilização internacional do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo crime de genocídio praticado contra a população negra brasileira e A lei de 1831 e os caminhos da liberdade através do judiciário no século XIX*) referem-se a responsabilização internacional do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo crime de genocídio praticado contra a população negra brasileira e a análise da lei 1831, a lei feijó, “lei pra inglês ver” e o contexto jurídico e político em que se deram as lutas por libertação mesmo no pós-abolição que só teve sua efetivação através de pressões externas.

Em *O feminismo tá na moda: uma apropriação do movimento feminista na revista Elle Brasil* (2018) se discute como o sentido da luta feminista por igualdade foi distorcido e apropriado na representação de alguns de seus ideias de luta enquanto movimento político, num exemplar de uma revista de moda (*Elle Brasil*¹⁰), o feminismo estilo magazine fez surgir um certo modismo que fez com que as empresas passassem por processos de reformulações internas, reciclando sua linguagem publicitária, buscando produzir campanhas com perspectivas mais integradoras e verdadeiras. Com vista a atender este novo público-alvo, mais preocupado com questões antes invisibilizadas, criaram-se produtos e serviços a partir de uma nova abordagem ao pensar a moda e o feminino. Conclui-se que a revista *Elle* falhou ao abordar temas caros ao movimento feminista, o que gerou contradições nas interpretações, pois a libertação dos padrões corporais modernos e coloniais foi apresentada em capas com modelos super magras e frases de efeito, demonstrando a contradição da editorial.

As atuais democracias na América Latina ainda sofrem influência do colonialismo, muitos países deste continente passaram por crises democráticas no início do século XXI reverberadas pela falta de pertencimento nacional e de representação. A monografia *A decolonialidade negra frente às crises das democracias na América Latina* (2009) analisa como um legado comum do colonialismo sobre esses países e como o ideal democrático de participação de todos na construção da Nação não se efetiva pois tais sociedades se estruturam por um divisão racial da população que exclui grupos

¹⁰ Fundada em Paris, em 1945, por Pierre Lazareff e sua esposa Hélène Gordon, é considerada a maior publicação de moda de luxo no mundo, estando presente em mais de 45 países (BORGES, 2020).

subalternos dos espaços de poder. Assim, a autora afirma a necessidade de romper com essa lógica de exclusão e subalternização, demonstrando o racismo como um limitador da efetivação dessas democracias e propõe a possibilidade de romper com as heranças coloniais ao estruturar uma sociedade considerando a subjetividade de cada um dos seus membros.

Em direção bastante parecida, porém dentro de uma reflexão mais jurídica e menos filosófica, *A inconstitucionalidade dos mandados de busca e apreensão coletivos* (2019) aborda que diante da incapacidade do Estado de resolver o problema da fragmentação e diferenciação entre grupos e raças, torna-se um instrumento de reprodução das estruturas de dominação, de controle e repressão da vida negra. Essas estruturas são herdeiras de métodos do período colonial, uso da violência, pelo racismo e pelo controle da subjetividade. Mesmo no pós-abolição, os negros foram relegados a uma posição social periférica e subalternizada e o aparato repressivo mais sofisticado para controle dessas circunstâncias foi o direito penal de exceção. A análise feita da inconstitucionalidade dos mandados de busca e apreensão coletivos parte do princípio de que tais mandados expedidos de forma genérica ferem diversos direitos fundamentais expressos no art. 5 da Constituição Federal (1988), como a inviolabilidade do domicílio e a dignidade da pessoa humana.

A monografia *Sobre Corpos Elimináveis: Violência como controle social a partir da necropolítica* (2019) trabalha o conceito de necropolítica do filósofo camaronês Achille Mbembe e busca dialogar com a teoria do estado de exceção do filósofo italiano Giorgio Agamben para pensar questões em torno da violência e do controle da ordem social. O uso da violência para o controle social na contemporaneidade, que se materializa através de formas sofisticadas amparadas em dispositivos jurídicos-estatais. Tal conceito expande a ideia de biopolítica do filósofo francês Michel Foucault e destaca-se pela potencialidade ao revelar sequelas deixadas pelo processo de colonização, historicamente marcado fortemente pela segregação social e racial. Nesse sentido, na conclusão afirma que:

Tomando como base a reflexão mbembeana, por meio da fragmentação, diferenciação entre grupos e raças, autoriza-se um tratamento díspar que permite decidir quem deve morrer e quem deve viver. Logo, define-se que vidas devem ser protegidas e que vidas serão expostas à morte; quais corpos

fazem parte do escopo social, quais corpos são elimináveis. A política neoliberal, portanto, seleciona aquele corpo suscetível à subordinação. (ALCÂNTARA, 2019: 39)

Aqui é a própria noção de humanidade que está em jogo. O diálogo entre Foucault, Mbembe e Agamben interliga os conceitos de biopoder, necropolítica e vida nua mostrando como a ação do Estado constitui-se dentro de uma política de morte marcada sobretudo pela racialização.

O autor observa a trajetória do Direito Penal no Brasil, analisa o decreto nº 847, de 1890, onde iniciou-se a tipificação de crimes com o intuito de aumentar o aprisionamento de pessoas negras. Práticas culturais negras, como a capoeira, foram criminalizadas no intuito de legitimar condutas violentas e discriminatórias. Miséria e pobreza foram substantivos anexados ao imaginário social do que era ser negro na perceptiva de também imputar suspeição sobre esses sujeitos. Enquanto continuidade histórica, o genocídio do povo é mais uma das formas de marginalização desse conjunto de pessoas e se liga intimamente ao encarceramento em massa. De acordo com a monografia estudada, as invasões de domicílios em comunidades negras e pobres do Rio de Janeiro nas ditas intervenções federais nas operações de pacificação, sob a justificativa de combate às drogas, é mais uma evidência do caráter racista e classista do Estado brasileiro e seus dispositivos jurídicos.

Também chamou atenção a leitura e análise da monografia *Análise comparada da tutela constitucional dos índios na Constituição Federal de 1988 e dos povos originários camponeses na Constituição boliviana de 2009* (2019), onde realizou-se um estudo de direito comparado no tocante a tutela constitucional dada aos indígenas e aos povos originários camponeses nas constituições do Brasil (1988) e da Bolívia (2009). Apresentam-se as nuances de cada caso da constituinte na Bolívia marcado por um forte movimento cultural. Diversas lutas e resistências se deram por mais inclusão e participação popular e muitos conflitos e embates ocorreram até que se chegasse a um texto final. Desse modo, a Constituição da Bolívia de 2009 inaugurou um processo de transição jurídica em que o Estado tem responsabilidade na legitimação e reconhecimento de justiça originárias indígenas em oposição ao ideal eurocêntrico e colonizador do monismo jurídico. O Tribunal Plurinacional Constitucional Boliviano representa esse

esforço de promover um pluralismo político mais igualitário, e que abarque as cosmovisões indígenas.

A partir do analisado, percebe-se que a concentração dessas pesquisas se deu nos cursos de Direito, História, Ciências Sociais e Letras. Verifica-se a amplitude dos temas abordados, no âmbito da UFRPE uma quantidade maior de trabalhos desenvolverem aproximação teórica com os estudos pós-coloniais e apenas duas monografias usaram pensamento decolonial, tendo partido das contribuições do sociólogo Aníbal Quijano. Tendo centralizado no conceito de colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) enquanto uma chave interpretativa importante para pensar aspectos de reprodução de um padrão de poder mundial na política industrial implementada em um município do Estado de Pernambuco (SILVA, 2019). Em outro caso, ele foi abordado para tentar compreender como o eurocentrismo se constitui em um obstáculo à implementação de uma lei (FONSECA, 2019), que obriga o ensino de História e Cultura da África e afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio. A descolonização dos saberes pretende romper epistemologicamente com o conhecimento fabricado geopoliticamente e imposto pela modernidade em sua autodefinição enquanto tal. Dessa maneira observa-se nesses trabalhos um olhar que buscou, a partir da realidade do Sul, lidar com questões que envolvem variados problemas que tem relação direta com a colonialidade que se reproduzem em diversos âmbitos socioculturais como vimos nesses trabalhos.

A realização de pesquisas pela óptica dos estudos pós-coloniais e decoloniais abre horizontes para que se lance um olhar diferente sobre problemáticas socioantropológicas emergentes a partir de relações de poder permeadas por múltiplas colonialidades. Vale ressaltar que não se trata de uma rejeição total aos frutos e realizações positivas da modernidade ou de um pensamento anti-moderno e anti-desenvolvimentista, mas que o “progresso” do país se dê levando em conta uma pluriversalidade de modos de existir sem excluir as alteridades e as diferentes cosmologias, e tendo como pano de fundo uma ciência decolonial, que pense outras formas de (des)envolvimento com a natureza, de forma mais igualitária e socialmente e ambientalmente responsáveis.

Considerações Finais

Apesar de já haver um número significativo de trabalhos de monografia que aborda a decolonialidade e a pós-colonialidade confrontando-as com diferentes perspectivas e problemas, ainda é necessário mais estímulos à realização de pesquisas com esses enfoques recém chegados às IES Federais analisadas, e que podem se expandir tirando da marginalidade acadêmica enfoques preocupados com a atualidade da ferida colonial.

Observa-se, ao estudar esses enfoques, que uma das consequências negativas da geopolítica do conhecimento é impedir que o pensamento se gere a partir de outras fontes que não as vindas e elegidas e canonizadas pelo centro. Ao transgredirmos os métodos de conhecimento do colonizador faz-se necessário romper com a lógica da colonialidade da modernidade, seus frutos teóricos e suas bases filosóficas. No âmbito da produção de saberes se reproduzem de diferentes formas, sendo uma delas o monopólio da produção do conhecimento unicamente no seio de suas instituições modernas, para ir além desse paradigma é necessário um postura de uma opção decolonial (MIGNOLO, 2017.b) e um gesto de desobediência epistemológica de modo a criar novas categorias e novas práticas que levem em conta perspectivas trans-modernas como defende Dussel (GROSFÓGUEL, 2008).

Outra questão importante que se coloca diante é: até que ponto é possível pensar a realidade brasileira a partir dessa perspectiva? O conhecimento sobre o social aqui produzido e circulado, apesar do esforço de se nomear teoria couberam rótulos de pensamento social brasileiro (BALESTRIN, 2013). É evidente que sua produção e circulação ainda estão moldadas dentro de um modelo de Universidade ocidentalizada *humboldtiana*, onde o cientista ou especialista se constitui enquanto sujeito de conhecimento transcendental kantiano, que supõe o alcance de um conhecimento objetivo. E que precisam ser urgentemente repensados para que seja dado lugar a ecologia de saberes que consiga de fato se desvencilhar do racionalismo cartesiano-newtoniano, ainda fortemente arraigado nas estruturas de conhecimento moderno colonial, racista, patriarcal, misógina e extrativista.

Quanto a indagação principal dessa pesquisa, é possível ao menos afirmar que os trabalhos de conclusão de curso da UFPE e da UFRPE abrem um horizonte de possibilidades para se repensar a complexa estrutura do conhecimento científico para

além das influências e do legados teórico centradas numa perspectiva hegemonicamente euro-americana, onde novos temas e novos atores surjam confrontando o que ainda sustenta a legitimidade de um conhecimento deslocalizado e descorporificado.

1. REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Gabriela Cavalcanti de. (Orient. João Paulo Fernandes de Souza Allain Teixeira). **Sobre corpos elimináveis: violência como controle social a partir da necropolítica**. 2019. 45 f. TCC (graduação em Direito) - Faculdade de Direito do Recife - CCJ - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife, 2019

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

BARBOSA, Aldenira Lacerda da Silva. (Orient. Jean Paul de D'Antony Costa da Silva). **Reflexões ideológicas coloniais e pós-coloniais em contraponto com o feminismo**. 2018. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Serra Talhada, 2018.

BHABHA, Homi K. **The Location of Culture**. London and New York: Routledge, 1994.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFUGUEL Ramón. “Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico” In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. pp. 9-23. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores. 2007.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Cuerpos racializados. Para una genealogía de la colonialidad del poder en Colombia. Hilderman Cardona Rodas y Zandra Pedraza Gómez (comps.), **Al otro lado del cuerpo**. Estudios biopolíticos en América Latina, p. 79-95, 2014.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Soc. estado.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 51-73, Apr. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100051&lng=en&nrm=iso>. acessado em 11 Maio de 2021.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 9-12, 2014.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de outro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula rasa**, n. 1, p. 51-86, 2003.

FONSECA, Gisely Capitulino da. (Orient. Gustavo Acioli). **O eurocentrismo e os desafios à efetivação da Lei 10.639/03 no âmbito escolar**. 2019. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

GROSGUÉL, Ramón, “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”, in: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, 2008, p. 115-147.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2000. Título original: The Question of Cultural Identity. 1992.

LIMA, Renata Feitosa de. (Orient. Kleyton Ricardo Wanderley Pereira). **Templo de muitos deuses: estratégias de sobrevivência feminina ao colonialismo e patriarcado**. 2019. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Serra Talhada, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “Sobre la colonialidade do ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”, en CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGUÉL, Ramon (coords.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MELLO, Gabriel Benício de. (Orient. Paulo Afonso Barbosa de Lima e Coorient. Maria Iraê de Souza Corrêa). **Rumo à Ilha Esmeralda: a nova onda migratória do Brasil**. 2019. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 71-103, 2005.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, 2017.a

MIGNOLO, Walter. **Desafios decoloniais hoje**. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.b

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Gedisa Editorial SA, 2007.

OLIVEIRA, Irlani Ramos de. (Orient. Kleyton Ricardo Wanderley Pereira). **Uma busca pela identidade em à sombra do Oká de Olinda Beja**. 2019. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Serra Talhada, 2019.

OLIVEIRA, Jenner de Melo. (Orient. Francisco Ivo Dantas Cavalcanti). **Análise comparada da tutela constitucional dos índios na Constituição Federal de 1988 e dos povos originários camponeses na Constituição boliviana de 2009**. 2019. 52 f. TCC(graduação em Direito) - Faculdade de Direito do Recife - CCJ - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife, 2019

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (comp.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. ‘Americanness as a ‘Concept, or the Americas in the Modern World. **International social science journal**, v. 44, n. 4, p. 549-557, 1992.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. **MASP Aftrall**. Amanda Carneiro (Org.). Tradução de Sérgio Molina e Rubia Goldoni. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 2019.

SAID, Edward W. (2004;1978), **Orientalismo**, Lisboa: Livros Cotovia.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**; tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Maria Eduarda da. **Uma caravela aporta no canavial? O “novo” desenvolvimentismo na zona da mata norte de Pernambuco à luz das teorias decoloniais**. (Orient. Maurício Sardá de Faria e Coorient. Júlia Figueredo Benzaquen). 2019. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

SOUZA, Raylan Francescoli dos Santos. (Orient. Maria Lúcia Barbosa). **A decolonialidade negra frente às crises das democracias na América Latina**. 2019. 62 f. TCC(graduação em Direito) - Faculdade de Direito do Recife - CCJ - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. “Can the subaltern speak?”, in P. Williams; Chrisman (orgs.) **Colonial Discourse and Post-colonial theory: a reader**. London: Longman; Pearson Education, 1993.

WALLERSTEIN, Immanuel et al. **Para abrir as ciências sociais**. Lisboa: Europa-América, 1996.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des) de el in-surgir, re-existir y re-vivir. **UMSA Revista (entre palabras)**, v. 3, n. 30, p. 1-29, 2009.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nómadas (Col)**, n. 26, p. 102-113, 2007.

Thiago Pessoa de Melo

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Possui graduação no bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), mesma instituição na qual atua como TAE desde 2014 (atualmente exercendo suas atividades no PPGE/Departamento de Educação). Dentro de sua formação acadêmica possui interesse nas áreas de Sociologia e Antropologia, onde vem participando de eventos presenciais e online.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8234-6800>

Email: t.pessoa.m@gmail.com

Júlia Figueredo Benzaquen

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (2003), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006) e doutorado em Pós-colonialismos e cidadania global pela Universidade de Coimbra (2012). Pós-doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea do Centro Acadêmico do Agreste em Caruaru da Universidade Federal de Pernambuco (2020). Como parte do pós-doutorado foi Pesquisadora Visitante da Universidade de Duke nos Estados Unidos. Desde agosto de 2013 é professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, cooperação, educação não-formal e socialização.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4945-7058>

Email: julia.benzaquen@ufrpe.br

Artigo recebido em 01/05/2022 e aceito em 25/07/2022